

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E A QUESTÃO DAS DESIGUALDADES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

*Frederico Jayme Katz
Abraham Benzaquen Sicsú
Juliana de Albuquerque Katz^(*)*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo debater a consolidação de Blocos Econômicos, especificamente do MERCOSUL. Neste contexto, propõe-se a abertura de nova frente de discussão baseada na hipótese de o Brasil romper amarras do subdesenvolvimento. Explora-se inicialmente o tema de modelos alternativos de desenvolvimento, sob a ótica das Relações Econômicas Internacionais, nomeadamente, os Modelos cognominados Voltado para fora e Voltado para dentro. Em seguida, procura-se explicitar formas de Relações Econômicas Internacionais em seus efeitos sobre o Desenvolvimento, principalmente o chamado “livre-comércio” e a Integração Regional a um bloco econômico. Conclui-se que a integração regional é a opção mais indicada para os periféricos. Observa-se então que as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo em país periférico são analisadas na literatura, com raras exceções, tomando como fundamentação a Teoria da Dependência e supondo que as economias periféricas constituem, em relação aos aspectos relevantes, um conjunto homogêneo. Discorda-se de aspecto dessa visão e ressalta-se a possibilidade de casos isolados de ruptura, podendo um país como o Brasil superar a condição de subdesenvolvido. Chama-se a atenção da importância da estruturação de modelo de integração regional para travessia deste tipo. Para tal, ressaltam-se as potencialidades e, mais especificamente, as condições e obstáculos para a consolidação do Mercosul.

Palavras-chave: Modelos de Desenvolvimento, Integração Regional, Mercosul, Superação das Condições de Subdesenvolvimento.

Abstract: This paper aims to discuss the consolidation of Economic Blocks, specifically of MERCOSUR. In this context it is proposed a new front of debate based on the assumption that Brazil would break the barriers of the underdevelopment. Initially, it is explored the subject of alternative development models, under the approach of International Economic Relations, in particular, those referred as outward and inward directed models. Then, it is discussed forms of International Economic Relations in its effects on development, especially the so-called “free trade” option and the integration into a regional block. We conclude that regional integration is the most appropriate option for peripheral economies. It is noted that the possibilities of development of capitalism in peripheral economies are discussed in the literature, with rare exceptions, taking Dependency Theory as its base, and assuming that, with respect to relevant aspects, the peripheral countries constitute an homogenous set. We objected this view and we stressed the possibility of isolated cases of rupture, for instance when a country like Brazil could overcome it undeveloped condition. It is drawn attention to the importance of regional integration to ease advancements of this type. With this aim it is highlighted the potentialities and, more specifically, the conditions and obstacles for the consolidation of MERCOSUR.

Keywords: Models of Development, Regional Integration, Mercosur, Overcoming Underdevelopment Conditions.

(*) Frederico Jayme Katz: Economista, Bolsista do IPEA, PROREDES/PNPD. *E-mail:* fredkatz@gmail.com. Abraham Benzaquen Sicsú: Pesquisador Titular da Fundaj e Professor do Departamento de Engenharia da Produção, UFPE. *E-mail:* sicsu@fundaj.gov.br. Juliana de Albuquerque Katz: Bacharel em Direito, Mestranda em Filosofia. *E-mail:* juliana.albuquerque@gmail.com. Recebido em 22.8.09 e aceito em 24.8.09.

INTRODUÇÃO

De há muito, um amplo grupo de analistas sociais defende o entendimento de que a Integração Regional, como no caso do Mercosul, é um processo que merece ser incentivado, pois vem trazendo vantagens para os países participantes e poderá trazer benefícios ainda maiores. Os autores deste artigo alinham-se com este pensamento.

Neste trabalho, no Item II, se apresenta uma discussão de modelos alternativos de desenvolvimento sob a ótica das Relações Econômicas Internacionais, nomeadamente, os Modelos cognominados Voltado para fora e Voltado para dentro. Em seguida, no Item III, inverte-se o foco da análise, trocando a variável de controle. Ou seja, discutem-se, então, formas de Relações Econômicas Internacionais em seus efeitos sobre o Desenvolvimento. Especificamente, considera-se duas opções: a do chamado “livre-comércio”, tão fortemente sugerida para países em desenvolvimento pelos defensores do Neoliberalismo, e a da Integração Regional a um bloco econômico. Ao final deste Item III, apresentam-se algumas conclusões preliminares, quando a Integração Regional é apontada como a opção mais indicada para os periféricos.

Deve-se ressaltar que a discussão acerca das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo em país periférico é desenvolvida na literatura, com raras exceções, tomando como fundamentação a Teoria da Dependência (TD), e supondo que os periféricos constituem, em relação aos aspectos relevantes, um conjunto homogêneo. Em função de uma diferenciação que já se observa há algum tempo entre os periféricos, magnificada mais recentemente pelos efeitos da atual crise, surgem trabalhos que desafiam a generalidade das conclusões da TD. No Item IV dirige-se a atenção para esta nova faceta da questão do desenvolvimento. Analisa-se trabalho que levanta a hipótese de que um dos países do bloco em consolidação na América do Sul, seja o Mercosul ou outro conjunto mais ampliado, possa estar em vias de romper a barreira do subdesenvolvimento. A questão é introduzida teoricamente e associada à hipótese de o Brasil ser um caso destes. Se esta possibilidade tem a mais remota chance de se concretizar, obviamente a discussão da integração torna-se ainda mais importante especialmente para os analistas brasileiros. Supondo, por exemplo, que se mantém a posição atual de participação no bloco, coloca-se então, entre outras, a questão de dentro desta perspectiva como participar no mesmo. Um dos objetivos deste texto é chamar a atenção para esta temática.

No Item V, considerada a hipótese aventada no Item IV, defende-se a posição de continuar investindo na nossa Integração Regional. Para tal, levantam-se alguns argumentos pertinentes e bastante visíveis. Para reforçar o ponto, traz-se à tona um esquema de análise desenvolvido pelos autores em trabalhos anteriores, com base na Teoria dos Jogos, para abordar as condições e obstáculos à consolidação do MERCOSUL. Na Teoria dos Jogos, colhe-se mais um elemento favorável à Integração, nos termos da hipótese do Item IV. Defende-se que, se o Brasil não mostrar desprendimento para segurar e ampliar o bloco, e sua posição dentro do mesmo, esta situação receberá novos desafios, como o dos acordos bilaterais, não só por parte dos EUA, correndo-se o risco de isolamento nesta travessia, o que poderá ser um empecilho a mais para o processo de desenvolvimento.

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

O tema do desenvolvimento econômico (DE) pode ser estudado através de várias perspectivas, cada uma delas oferecendo possibilidades de cortes distintos. Para atender aos objetivos deste estudo, dirigido à questão da integração, adotou-se uma perspectiva específica que tem como categoria central as relações econômicas de um país em foco com o resto do mundo, ou seja, as Relações Econômicas Internacionais (REI). Assim, obtém-se uma base bastante usual para classificações, suportadas na maneira como o país faz comércio internacional e na intensidade com que ele realiza outras transações econômicas com os demais países. Estas posturas políticas gerarão consequências quantitativas e qualitativas importantes, e distintas, sobre o seu desenvolvimento.

A história do pensamento do DE revela que uma das primeiras, e até hoje mais influente, classificações centradas nas REI encontra-se em Tavares, 1977. Em sua análise da história do Brasil é apresentada uma periodização que se tornou clássica, caracterizada pela predominância do modelo “voltado para fora” (MVF), primário-exportador, e depois do modelo “voltado para dentro” (MVD), com a Industrialização por Substituição de Importações. Quando se avança, cronologicamente, na revisão da literatura, observa-se a ocorrência de uma sutil mudança. Enquanto que, naquele artigo de Tavares, escrito originalmente ainda na década de 60, os conceitos são utilizados para descrever e analisar experiências passadas do DE, a reutilização dos mesmos, em alguns trabalhos das décadas seguintes, se dá com a introdução de algumas nuances. Inicialmente é o MVF que passa a reaparecer. Porém, com seu conteúdo ampliado, engloba também o significado de um possível caminho a ser trilhado no futuro⁽¹⁾. Bem mais recentemente, com as decepções da globalização, o MVD também volta a ser cogitado como componente dos modelos de DE, como se verá adiante. Mudanças nas condições concretas fizeram com que os conceitos ampliassem a sua natureza para outras utilizações, levando-os a comportar, atualmente, o duplo sentido de algo que aconteceu e de indicar também uma prescrição para o futuro.

O trabalho segue utilizando a licença deste “abuso de linguagem”. Assim, esta taxionomia que identifica a maioria dos posicionamentos num destes dois grupos deve ser entendida como baseada na maneira como os mesmos se definem em relação a um duplo aspecto estratégico, muito importante, na busca do desenvolvimento: para onde dirigir mais esforços, e de onde esperar mais resultados: no exterior ou no espaço interno da nação? A partir daí decorrem entendimentos acerca de outros temas correlatos, como o grau de abertura da economia, os arranjos internacionais e, ainda, sobre a própria estratégia de política econômica interna.

A defesa do MVF tem sido feita por autores da corrente de pensamento Liberal. Com base na Teoria do Comércio Internacional (TCI) Ricardiana, eles afirmam que o livre comércio é benéfico para o centro e também para a periferia. E condenam a intervenção do Estado na economia, recomendando que os países abram completamente os seus mercados para as transações com o exterior. Pela ação das livres forças de mercado seria definida, com unicidade, uma combinação global de equilíbrio, mediante a qual

(1) Ver, por exemplo, Bulmer-Thomas (1994) e Souza (1997).

os países se especializariam na produção de bens em relação aos quais têm vantagens comparativas. O resultado seria produção global máxima, menores custos unitários possíveis e, conseqüentemente, maior bem-estar para todos. Uma vez atingido este ponto de equilíbrio, da alocação da produção e dos preços praticados, estas mesmas forças de mercado garantiriam sua estabilidade.

Já o MVD, grosso modo, é, por sua vez, defendido por pensadores de orientações Estruturalistas e Marxistas, que consideram que o desenvolvimento exclusivo do comércio internacional, ao sabor do livre mercado, seria maléfico para a periferia. Apesar de variações, os autores advogam a participação interna do Estado na economia, apoiando o desenvolvimento com programas como a industrialização por substituição de importações e mediando externamente de forma protetora as relações com o resto do mundo⁽²⁾.

Embora, por muito tempo, este panorama interpretativo tenha apresentado um cenário de posições muito bem demarcadas e antagônicas, há qualificações a serem apresentadas. É bom lembrar que nenhum país adota, de forma pura, um destes modelos. De fato, as histórias de maior sucesso, em termos de desenvolvimento, correspondem a combinações bem gerenciadas dos mesmos. Bulmer-Thomas (1994, Caps. 1 e 12) é um dos que argumentam que não existe um modelo certo ou errado. Como, na ordem concreta da vida, os modelos não são excludentes, países desenvolvidos sempre os utilizaram de forma simultânea, apesar dos discursos de aconselhamento de “coerência” para os periféricos⁽³⁾.

Um exercício interessante adianta o que deve ser visto como uma conexão com o tema da formação de blocos. Seria a análise, em face destes modelos já bem estabelecidos há tempo, da nova realidade da formação de blocos regionais, que passou nos últimos anos a ocorrer com mais frequência. Este fenômeno já foi interpretado como mais um passo na direção da unificação planetária, Tamanes e Huerta (1999, p. 207). Independentemente de se tratar, ou não, da ação de uma tendência de longo prazo, e sem pretender esgotar o assunto, uma observação que nos ocorre é que, na prática, parece-nos que a formação de blocos é uma curiosa combinação dialética do MVF com o MVD: uma das respostas ao aumento da competitividade, resultante da mudança de paradigma tecnológico. Pois, para o interior do bloco, é uma resposta afirmativa em relação à pressão da globalização por abertura generalizada (MVF). Porém, nesse espaço se pratica também o apoio público às atividades econômicas. Ou, pelo menos, praticam-se políticas protecionistas baseadas em Tarifas Externas Comuns (MVD). Ao mesmo tempo, integrar-se significa procurar ser parte de uma economia (tecido produtivo + mercado) maior, que também por isto se posiciona melhor para concorrer com o resto do mundo (MVD). Seria o ‘Free Trade’ em espaço limitado, para poder resistir ao “Free Trade” global.

Até agora se comentou, de forma abreviada, dois modelos de DE definidos a partir da ótica das REI. Também se viu que, para seguir os exemplos dos bem-sucedidos, deve-

(2) Ver Katz (2001), acerca das ligações entre visões políticas e conteúdo das vertentes de estudos de desenvolvimento.

(3) Acerca das contradições entre discurso e prática, Bulmer-Thomas (1994, p. 415), com muita franqueza, diz que um dos problemas dos periféricos é tomar muito a sério a ideologia das vantagens comparativas de Ricardo. Stiglitz (2001, p. 1x) é até mais explícito: “... while the advanced industrial countries lecture the less developed countries on the vices of protectionism and government subsidies, they have been more adamant in opening up markets in developing countries than in opening their own markets to the goods and services that represent the developing world’s comparative advantage”.

-se procurar operar combinando adequadamente o MVD com o MVF. Assim, antecipou-se um ponto a ser tratado adiante, no sentido de tentar estabelecer uma ponte entre os mesmos quando se afirmou que, de certa forma, a adesão a um bloco econômico equivale à adoção de uma combinação destas duas estratégias de DE. Dessa maneira, se a proposta é considerar, também, aspectos do MVF, cabe discutir agora como seria a abertura, o que se fará na seção seguinte.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MODELOS DE RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Nesta seção discute-se o material referente a algumas formas de abertura, basicamente o comércio livre e a integração a um bloco econômico. O primeiro tópico está extensamente baseado na apresentação, na análise e na crítica de interessante colaboração de Gomory e Baumol (2000), mas infelizmente pouco divulgada no Brasil. Ao longo da sua exposição reforçaremos alguns elementos já abordados. O mesmo será feito na segunda parte, quando serão expostos outros elementos que permitam ver mais claramente, do ponto de vista do conjunto de países, condições importantes para consolidar a formação do bloco.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO LIVRE-COMÉRCIO

Conforme foi anteriormente afirmado, por certo período prevaleceu um ambiente de antagonismo retórico na discussão dos modelos de desenvolvimento. Em relação a esta faceta, vale registrar que, a partir do final da década de 80, algo interessante vem ocorrendo. Naquela época, começaram a vir à tona, de forma bem mais clara, as contestações ao MVF partindo de autores que sempre estiveram no campo Liberal. Na nossa visão, o que se cogita para explicação de tal fenômeno é que este está fortemente relacionado com fatos que se inter-relacionam e exporemos a seguir.

Por um lado, os acontecimentos do mundo real na época, progressivamente, tornaram o apoio ao MVD bastante problemático. Dessa maneira, não é que tenha ocorrido diminuição no antagonismo, mas algumas das linhas teóricas quase saíram de cena, deixando livre o espaço para que a posição dos Liberais não só se proclamasse vitoriosa, mas, realmente, passasse a ser quase uníssona. Por outro, ocorreu o esvaziamento da Guerra Fria, o que ajudou a tornar este confronto de ideias e propostas menos político e ideológico. Sendo menos partidário, permitiu aproximações mais fieis à realidade. E esta não apontava para o MVF como a solução dos problemas do DE.

Este ambiente explicaria o fato de que autores, antes bastante alinhados com a posição mais Liberal, tenham passado a defender entendimentos que antes a clivagem não permitiria. Certamente, para estes pesou, também, a honestidade intelectual. Mencionamos este ponto não só para registrar o fato, que nem nos parece ser apenas coincidência nem pouco importante, mas principalmente porque este reforço de apoio dá maior amplitude à sustentação da plataforma sobre a qual baseamos nossas propostas⁽⁴⁾.

(4) É importante deixar claro que não se está afirmando que estes autores tenham mudado em suas posições teóricas e ideológicas, e nem que todos evoluíram da mesma maneira. É interessante ressaltar que Baumol (2000, p. vii), por exemplo,

Há diversas manifestações deste tipo. Contudo, por limitações de espaço, nesta exposição a referência será restrita a apenas um desses trabalhos. Trata-se de material do livro 'Global Trade and Conflicting National Interests', de Gomory e Baumol (GB), (2000). O trabalho desenvolve um modelo gráfico muito sugestivo para a discussão em tela e, ainda, apresenta o que pode ser visto como recomendações para os periféricos. Todavia, sendo o mesmo muito rico e criativo, uma completa exposição das suas contribuições seria excessivamente extensa; assim, o presente texto limitar-se-á aos seus pontos essenciais.

A mensagem central de Gomory e Baumol (2000) é que a TCI precisa ser modificada. Para isso, eles oferecem elementos do que seria uma nova teoria. O argumento geral segue, aproximadamente, o seguinte roteiro: nos tempos de Ricardo predominavam a agricultura, as mudanças tecnológicas vagarosas e os pequenos negócios. Hoje o destaque é das manufaturas, da explosão da mudança no paradigma tecnológico e das grandes firmas. Naquele contexto, dominado pela produção com rendimentos decrescentes, a TCI traduzia com perfeição a realidade, ficando determinada, com unicidade, a solução de equilíbrio. O "Laissez Faire", no comércio internacional, deveria então prevalecer não só por ser mais vantajoso para todos, mas até porque não haveria tendência a existir conflitos de interesses entre os países (GOMORY, BAUMOL, 2000, p. 3-6).

Nos dias de hoje, porém, as coisas são bastante diferentes. As vantagens baseadas em recursos naturais que, em geral, conduzem à produção com custos crescentes ainda existem, mas, as dominantes hoje são as que podem ser adquiridas. Em indústrias com estas características podem ocorrer ganhos de escala e de escopo, por exemplo, rendimentos crescentes, com altos custos de entrada. Isto concederia a algumas indústrias a condição de resistir à concorrência interna e externa, sendo, por esta razão, referidas pelos autores como "Retainable Industries" (RI). Outro tipo de indústria que também ganha espaço é aquele onde ocorrem mudanças rápidas e substanciais na tecnologia, há a possibilidade de se ganhar conhecimentos especializados e, graças a isto, participar vantajosamente do comércio internacional. Nestas indústrias, embora os processos produtivos, em geral, tenham rendimentos constantes, apresenta-se também certa barreira de defesa à concorrência perfeita. Porém, o resultado da importância de suas presenças é que o equilíbrio, com comércio internacional, já não pode mais ser determinado com unicidade. Assim, as posições finais de alocação produtiva de cada país podem ser muitas, em função daquilo que escolhem e conseguem produzir, e os resultados não são igualmente bons, ou maus, para todos os países. A distribuição da produção pelos países não é mais definida apenas pelas vantagens naturais, mas também pelas vantagens adquiridas. Porém, uma vez que as vantagens são adquiridas, as mesmas livres forças de mercado agora atuarão no sentido de preservá-las. Em face desta possível situação de desigualdade, os países mal situados deverão procurar desenvolver indústrias, mesmo que para isto promovam intervenções na economia, inclusive fechando o seu mercado. Dessa maneira, o clima de pura harmonia no comércio internacional referido anteriormente é modificado, pois também passam a existir situações de conflitos de interesses (GOMORY, BAUMOL, 2000, p. XII, 3-8).

um dos autores enfocados, declara manter-se convencido da validade da análise neoclássica. O que afirma esse autor é que as condições econômicas atuais não são similares àquelas dos supostos do modelo, lembrando afirmações de Prebisch de 1949. Porém, ao mesmo tempo, deixa espaço à consideração de práticas heterodoxas, fato que se considera positivo.

A existência atual de conflitos é um fato que ninguém refutaria. Importante é a admissão pelos autores que, **com livre-comércio, o conflito é inevitável**. Esta conclusão é útil para o argumento levantado pelo presente artigo, como um alerta contra a ideia de se querer tornar exclusivo o MVE, como um projeto de desenvolvimento para um país periférico⁽⁵⁾. Neste sentido, os autores afirmam: “Free trade is not always and automatically benign” (GOMORY, BAUMOL, 2000, p. 73).

Se as distribuições da produção podem se dar de diferentes maneiras, e isto não é indiferente para o emprego e a renda e, conseqüentemente, para o bem-estar dos países, surge o interesse de prevê-las e, em certas circunstâncias, procurar modificá-las. Os autores afirmam, então, ter descoberto que estas possíveis distribuições dos resultados não são aleatórias, obedecendo a um padrão. Portanto, podem ser estudadas no sentido de gerar informações que instruem e apóiem previsões e políticas. Este padrão é apresentado em um longo e interessante estudo gráfico.

O Gráfico 1, mais adiante, tenta sintetizar o desenvolvimento feito por Gomory e Baumol (2000). Apesar das simplificações e adaptações que foram feitas, ele poderá dar uma ideia mais concreta de como os autores atingiram suas conclusões⁽⁶⁾. A demonstração é feita para dois países arbitrariamente referidos como Inglaterra e França. No eixo horizontal X mede-se, da origem para a direita, o percentual de participação inglesa na renda mundial e, neste mesmo eixo, do ponto de abscissa 100 para a esquerda, o percentual da participação francesa. Então, devido à possibilidade de múltiplos equilíbrios, a cada ponto de X corresponderiam diversos possíveis níveis de renda dos dois países. Os autores informam que, utilizando “métodos econômicos padrão” e com o auxílio de computadores, calcularam estes pontos e, para melhor visualização, ao invés de marcarem todos no gráfico, desenharam dois conjuntos de linhas, a linha contínua para a Inglaterra e a tracejada para a França, semidelimando os níveis de renda dos respectivos países. Como resultado tem-se o Gráfico citado, onde aparecem estas duas figuras entrelaçadas (GOMORY, BAUMOL, 2000, p. 27-37).

O achado dos autores é que, como os pontos não têm uma distribuição errática, as figuras formadas têm um padrão. Algo como duas cúpulas assimétricas. Este formato é explicado de forma intuitiva. Nos extremos as distribuições seriam muito ineficientes. Um dos países estaria produzindo quase tudo e recebendo quase 100% da renda mundial. Sua produtividade seria baixa, pois teria de operar em quase todas as indústrias e, inevitavelmente, em algumas haveria escassez de mão de obra ou inadequação das condições naturais, ou pequena escala. Nas posições mais perto do centro, as indústrias estariam produzindo em alta escala e os países especializados nas indústrias para as quais têm vantagens comparativas. O conjunto como um todo produziria mais (GOMORY, BAUMOL, 2000, p. 28-32).

No Gráfico aparecem também os marcadores A_F e A_I , respectivamente, os níveis de renda da França e da Inglaterra no caso em que não participassem no comércio interna-

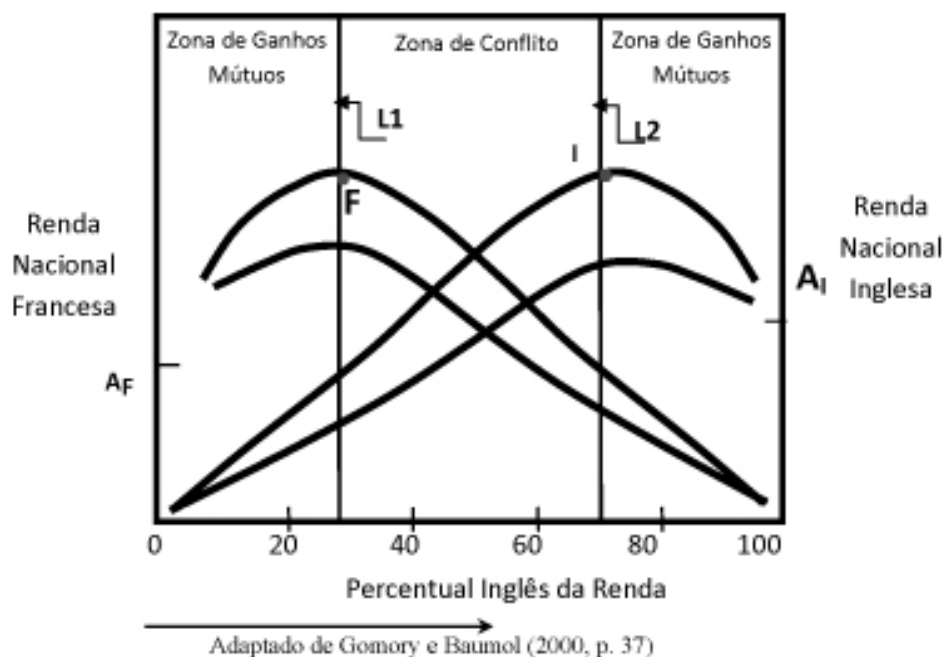
(5) A discussão da origem dos conflitos está fora dos objetivos deste texto. Afirma-se, porém, que o entendimento defendido é que existiriam outras causas, além da oligopolização de algumas atividades produtivas.

(6) Em Gomory e Baumol (2000), o estudo é feito primeiro com um modelo só com RIs; depois, com outro só com indústrias onde ocorrem mudanças rápidas nos processos produtivos e, por fim, com um modelo consolidado. Como o formato das curvas, para os três casos, é muito similar, limitar-se-á a apresentação a uma versão do primeiro deles.

cional, referidos pelos autores como posição de “no trade”. Observe-se que há uma considerável área em cada figura, ou seja, um bom número de pontos de equilíbrio, para os quais a participação no comércio internacional forneceria piores resultados para o país do que o isolamento (GB, 2000, p. 33). Veem-se ainda duas linhas verticais, L_1 e L_2 , que passam pelos pontos de máximo de renda da França e da Inglaterra, dividindo o Gráfico em três regiões, uma central de conflito e duas extremas de ganhos mútuos.

O formato das figuras leva aqueles autores a outras deduções. Haja vista o caso da Inglaterra. Ao se acompanhar a sua situação ao longo de um deslocamento da origem para a direita, será observado que sua renda aumenta, e que também aumenta a sua parcela percentual na renda mundial. Porém, só até certo ponto máximo I. Pois, daí por diante, sua parcela aumenta, mas sua renda diminui. É a penalidade por aumentar excessivamente sua participação na renda mundial reduzindo demais a interação com o parceiro, perdendo as oportunidades dos possíveis ganhos de comércio. O mesmo é válido também para a França.

Gráfico 1 — Rendas nacionais e comércio internacional



Ocorre que, nas “Zonas de ganhos mútuos”, as faixas estão inclinadas na mesma direção. Portanto, dado um deslocamento ao longo do eixo dos X, se a renda de um país cresce, a do outro também cresce e vice-versa. Nestas condições, seria vantajoso para ambos combinar uma transferência de indústrias entre os países, diminuindo a participação de um e aumentando a do outro. Isto causaria um deslocamento para o centro, melhorando as rendas dos dois países. Os autores associam esta situação ao relaciona-

mento de dois países de níveis muito distintos de desenvolvimento, pois entendem que se o subdesenvolvido adquire uma indústria, terá mais renda e poderá comprar mais do mais desenvolvido.

Já na “Zona de Conflito” as faixas estão com inclinações opostas. Os interesses das nações se movimentariam em sentidos opostos. Um país só pode melhorar sua situação se a do outro piorar. Os países estariam em rivalidade direta. Observam que a posição melhor possível para a Inglaterra é a pior para a França e vice-versa. Os autores associam este tipo de situação ao relacionamento entre países de nível de desenvolvimento semelhante.

Em suma, a lição que se extrai de Gomory e Baumol (2000), derivada do Gráfico, é que o comportamento de cada país deve depender de sua posição relativa. Um país bastante desenvolvido ganha quando os mais atrasados se desenvolvem. Porém, isto só é, puramente, assim, enquanto a distância entre eles, em termos de níveis de desenvolvimento, for grande. Pois, em se tratando de países de níveis próximos, qualquer avanço dos parceiros é ameaçador. Em relação a estes, o país deve se esforçar para avançar ainda mais rápido. Concretamente, por exemplo, o interesse dos Estados Unidos da América é de progresso na Índia e Indonésia, mas, em termos de produtividade, é melhor se manter o mais na dianteira possível em relação à França, Alemanha e Japão (GOMORY, BAUMOL, 2000. p. 4-5-41)⁽⁷⁾.

Esta conclusão, que é a forma como os autores explicam e localizam as áreas mais propensas a conflitos — países em nível próximo de desenvolvimento, e áreas onde a cooperação seria vantajosa — não obstante, não nos parece satisfatória. É possível apresentar dúvidas de natureza teórica, factual e até com base na própria exposição de GB⁽⁸⁾.

Esta posição dos autores representa, de certa forma, um retorno à ideia da vantagem mútua de comércio quando as dotações de fatores são bastante diversas, ou seja, o modelo de Heckscher — Ohlin. Assim, como anunciaram, não representaria uma ruptura com a TCI. Obviamente que, à primeira vista, em termos de demanda e oferta, países com composições produtivas muito distintas têm largo espaço para comercializar. O que não é o mesmo que dizer que os resultados também tendem a ser benéficos para ambos. Pensar assim seria esquecer todas as lições da história, e todos os argumentos teóricos referentes às tendências, à deterioração nos termos de intercâmbio e acerca do subdesenvolvimento. Seria esquecer, até, da citação que foi feita acima, de GB, sobre

(7) A lembrança de certos fatos pode ajudar a entender esta posição de GB. Houve, principalmente nos EUA, durante certo período no começo da década de 90, a produção de uma forte literatura isolacionista e chauvinista. Isto se deve à pressão competitiva que este país sofria na época, principalmente a partir do Japão e da Alemanha. Como sabemos, os EUA deram a volta por cima, não só graças aos problemas que passaram a perturbar os concorrentes, e a situação hoje é bem diferente. Krugman, 1997, em sua defesa do livre-comércio, relata o episódio apresentando argumentos que confrontam aquelas posições.

(8) Eles afirmam em outra parte do mesmo livro que, se um país periférico deseja obter uma RI (*Retainable Industry*), o livre-comércio será um obstáculo: “So a country alone in the world may be able to attain a degree of development it cannot achieve as a trading nation with well-developed trading partners. Alone, it might do better than with trade. This concept is far from new. It is the well-known and venerable “infant industry” argument, which asserts that a country does well to nurture its newly hatched industries in an environment that is protected from outside competition. The infant industry argument applies with special force to our retainable industry model.” (GB, 2000, p. 25).

as possibilidades de estabelecer “indústrias nascentes” em periféricos. A observação da realidade presente também não confirma este ponto da teoria de GB. Vale lembrar que, em relação ao comércio de produtos primários, um conflito muito amplo e grave no comércio internacional se dá nas relações entre centro e periferia, o “lôcus” do maior desnível de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o maior volume de comércio se dá entre os países do centro.

Fica ainda mais difícil de aceitar a posição de GB, como algum tipo de regra geral, se lembrarmos que a maioria dos países tem estruturas produtivas muito heterogêneas. Isto leva à possibilidade de existência, em cada país, de negócios mais ou menos desenvolvidos, complementares ou concorrentes, em relação a empreendimentos dos outros países. Pode-se dizer então, só como um contraexemplo, que países desenvolvidos não têm interesse de vender apenas produtos caracterizados por uso intensivo de tecnologia ou capital⁽⁹⁾. Ou seja, a existência de áreas onde, com livre-comércio, sempre ocorrem ganhos mútuos é duvidosa⁽¹⁰⁾.

Finalmente, outro aspecto que se pode extrair de Gomory e Baumol (2000) é a importância da questão do porte. Os autores se baseiam neste fator para definir as RIs. Neste caso, o porte se expressaria na escala de produção. Há, também, indicações de que consideram que a importância deste fator permeia outros aspectos da discussão econômica (GOMORY, BAUMOL, 2000, p. XIV).

A INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO FORMA DE ABERTURA LIMITADA

É necessário retomar a apresentação a partir do último comentário sobre a questão do porte. Naturalmente, o mesmo não é de todo original. É sabido que desde Smith já se discute a relação entre o tamanho do mercado e os limites para a divisão do trabalho e, conseqüentemente, para a riqueza das nações. Porém, é absolutamente pertinente ao argumento dos autores e importante para este artigo, pois, como será visto em seguida, o argumento poderá servir como conexão ou ponto de partida para o tema da formação de blocos.

Sendo verdade que, por várias razões, a escala de produção é uma das precondições para desenvolver certas atividades que podem impulsionar o DE de um país, poder-se-ia concluir que os países maiores estariam em situação privilegiada em relação aos menores⁽¹¹⁾. De saída, isto seria animador para os países grandes e preocupante para os países menores. Porém, os avanços devidos à mudança de paradigma tecnológico levam a que algumas indústrias demandem, atualmente, níveis de consumo só atingíveis através da

(9) Vale lembrar, neste ponto, a contenda entre os EUA e a UE, cujo objeto foi a banana, que sequer produzem.

(10) Há algo estranho nos gráficos de GB. Considerando-se o nível de A_1 , observa-se que a zona de ganho mútuo para a Inglaterra seria, racionalmente, um conjunto vazio, pois em todo aquele espaço seria melhor se isolar do comércio. Quase o mesmo se dá em relação à França. Esta é a aparência dos três gráficos similares apresentados no livro. O nosso, desenhado à mão, não tem este viés, mas, se não é um capricho do acaso, e os desenhos apresentados por GB são precisos, fica fortalecida esta posição.

(11) Naturalmente isto não é sempre verdade. Para que fosse, o adjetivo maior deveria indicar não só grande disponibilidade de riquezas naturais, mas, entre outras características, também grande população e renda, sendo esta bem distribuída, ou seja, mercado consumidor amplo e elevada capacidade tecnológica.

soma dos mercados de muitos países. Então, é necessário observar que, mesmo para os primeiros, melhor seria se contemplassem um mercado ainda maior que suas fronteiras, pois este pode estar aquém da escala mínima para algumas operações. E esta é uma das razões que atraem alguns países para compor blocos.

Porém, se observado pela perspectiva dos países menores, pode não ser interessante estarem tomados apenas como mercado. Muito menos com a perspectiva ora fornecida, que indica que, isoladamente, é muito difícil o acesso a importantes vias de desenvolvimento, como as RIs. Ou seja, vê-se que um projeto de Integração Regional precisa ainda adicionar outros elementos para se viabilizar, garantindo, também, a adesão irredutível dos países menores. Para que isto aconteça, é necessário que tenham certeza de que também ganharão com a formação do Bloco. Para tal, em um ambiente de livre-comércio, só é possível evitar que alguns sejam sempre, ou eventualmente, perdedores se for construído algum tipo de mecanismo que administre esta relação e, quando necessário, redistribua os resultados de forma a tornar o arranjo atrativo para todos.

Se ocorrer, a integração pode vir a beneficiar os países participantes de diversas maneiras. Em boa parte os ganhos estarão, naturalmente, ligados ao fato de que passarão a dispor de um mercado maior, onde vigorará certa proteção. Além do aumento no número de consumidores, este mercado ampliado pode propiciar:

(1) Economias de escala, por ser possível instalar plantas maiores em algumas indústrias;

(2) Intensificação da concorrência, que venha a ser obtida pela viabilização da operação de um maior número de empresas de alguns ramos, graças à maior dimensão do mercado;

(3) Menor dependência de moeda de outros países, pois parte do comércio internacional será dentro do bloco;

(4) Possibilidade de desenvolver novas atividades nos campos tecnológico e industrial, antes inviabilizadas pelo isolamento;

(5) Aumento do poder de negociação frente a outros países ou blocos;

(6) Apoio mútuo com vistas ao desenvolvimento, e a articulação de suas condições, pela tendência à generalização dentro do bloco de certos avanços econômicos e sociais (TAMANES e HUERTA, 1999, p. 213/8).

Mencionam-se outros ganhos, entre eles a melhor situação para o enfrentamento de problemas que transcendem as fronteiras nacionais, como a defesa do meio ambiente, o combate ao tráfico de drogas e armas etc. A menos de distorções espúrias, o interesse dos países, no que diz respeito às suas relações econômicas externas, visa emprego, renda e bem-estar para sua população, isto de uma forma bastante homogênea. No entanto, certamente, quando da formação dos blocos, os pesos das possíveis colaborações para estes objetivos, esperados de cada um dos itens mencionados no parágrafo anterior, poderão ser distintos, se comparados entre os países participantes. Em outras palavras, apesar de existirem elementos em comum entre os motivos que levam os países a decidirem compor um determinado bloco, em geral, os conjuntos de objetivos não serão precisa-

mente os mesmos, nem os resultados obtidos⁽¹²⁾. Pelo menos, a ordem de importância pode variar. Isto, naturalmente, deixa claro que estas combinações de motivos variam, também, entre os blocos, pelo menos no peso dos itens.

A presente crise veio fortalecer a convicção da validade de algumas vantagens da Integração Regional. Uma delas foi a melhora nas condições de resistência à turbulência. Em tempos de grande volatilidade, não têm sido poucos os casos de desestruturação das nossas economias em razão dos acontecimentos gerados fora de nosso subcontinente. A estrutura unipolar, capitaneada pelos Estados Unidos, inclusive em termos de moeda de conta, prevalecente em contexto mundial, também propicia isto. No caso presente, constata-se que, graças ao crescimento do volume de negócios intrabloco, obteve-se melhores condições de estabilidade econômica na região. Houve também a questão da menor dependência das moedas dos países centrais, pois isto carrega instabilidade para nossos países toda vez que estas moedas oscilavam, por mais variadas e exóticas que fossem as razões, geradas fora de nossa região e, certamente, sobre as quais nem temos controle nem responsabilidade.

Estas questões devem ser percebidas por suas influências em dois diferentes níveis, necessariamente, complementares.

Num primeiro, deve-se entender que a questão regional é parte da estratégia nacional e dos blocos econômicos e, como tal, é fundamental inseri-la nas preocupações de todas as instituições e agentes que participam do desenvolvimento desse complexo territorial. Nesse sentido, não devem ser preocupação exclusiva das regiões cujo nível de desenvolvimento é menor, mas sim ser assumida como prioridade generalizada. Como tal, muito tem a contribuir a formação de redes cooperativas, além da inclusão, na pauta de assuntos a serem enfocados, da preocupação com cadeias produtivas que ultrapassem os espaços menos desenvolvidos e apresentem perspectiva de inseri-los.

Além disso, deve-se ressaltar que a questão é fundamentalmente de caráter mais amplo que o local. Se não contar com fatores favoráveis competitivos e diferenciais, além de outros, que garantam sua articulação com mercados maiores, o processo de desenvolvimento tende a enfrentar dificuldades, e, tendo por base a disparidade e, principalmente a fragilidade ainda observada nas estruturas das regiões periféricas, seja em termos de estruturas físicas, seja da base de recursos humanos, seja do perfil mais usual em suas empresas, estaremos diante de fatores que dificultam, em muito, um projeto de crescimento do bloco como um todo, inclusive tendo fortes rebatimentos nas regiões menos desenvolvidas. Este quadro problematiza a possibilidade de crescimento em escala ampliada, tão necessária nas condições atuais da economia mundial.

Num segundo nível, a preocupação é a construção ou consolidação de Sistemas Regionais que tenham a capacitação adequada para articular parcerias e contribuir para o desenvolvimento das diferentes regiões. A preocupação é evitar uma concentração excessiva da base produtiva e de desenvolvimento nacional, bem como criar condições, nos diferentes subespaços, pensando em um Sistema que faça parte das vantagens competitivas para alavancar o crescimento.

(12) Isto constitui outra faceta do conjunto de dificuldades para a formação de blocos.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Uma síntese crítica destas colaborações de diversos autores consolidadas com as posições apresentadas anteriormente permite que se evolua para uma plataforma de onde serão defendidas as propostas dos autores do presente artigo. Grosso modo, e até este ponto, eles se basearam nas seguintes diretrizes:

1) No mundo real a TCI não prevalece, especificamente em relação à ideia da generalizada benignidade do “Laissez Faire”;

2) Em consequência, deve-se encarar certos componentes de propostas de DE, tais como a abertura total, queda de todas as barreiras, livre-comércio, com reservas;

3) Dadas as atuais condições brasileiras e dos países do Mercosul, o modelo ideal de desenvolvimento é uma combinação de aspectos do MVF com o MVD⁽¹³⁾;

4) Não se deve dispensar o apoio da ação governamental, nem interna nem externamente, no trato dos interesses econômicos da nação;

5) Quanto maior o mercado atingível, mais adequada será a abordagem da questão do desenvolvimento;

6) A reunião de países periféricos em blocos, onde prevaleça cooperação e mercado comum para todos, pode ser uma estratégia regional de apoio ao desenvolvimento.

Adicionalmente a essas conclusões, deve-se ter em mente que, como a linha divisória entre conflitos e cooperação não é a dimensão do desnível do desenvolvimento entre os países, mas é de fato definida por uma coleção imprevisível de fatores, arranjos de cooperação com livre-comércio, para se tornarem efetivos, demandam a existência de pactos que garantam a obtenção de vantagens para todos, particularmente para os países menores.

Naturalmente, este conjunto de condições, face ao quadro mundial com que se defrontam os países isoladamente, fortalece a certeza da importância da formação de blocos. Porém, este tipo de proposta simplesmente não funcionará de forma eficiente se não for minimamente justa, ou seja, se todos os interesses não forem considerados, de forma a aumentar seu poder de atração para os países menores. Esta observação torna-se especialmente relevante quando se abre espaço, como referido na Introdução, para considerar a possibilidade de que um dos países do bloco em consolidação atinja uma situação onde a quebra de amarras do Subdesenvolvimento seja algo concebível. Vamos, no Item seguinte, discutir este tipo de hipótese para, em seguida, combiná-la com a questão da Integração.

AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

As discussões que focam o assunto do DE se desenrolam dentro da temática das relações entre o centro e a periferia. Neste contexto, há uma questão que diz respeito a uma

(13) Lima e Katz (1997) referem-se à possibilidade de combinação do MVF com o MVD para o caso do Brasil.

condição secular, que certamente é fundamental para o conjunto dos países periféricos, a qual tem causado muitas reações e, como não poderia deixar de ser, sempre teve maior divulgação. Trata-se do tema das perversidades geradas pela relação centro/periferia, que colabora para manter na miséria milhões de pessoas em todo o mundo. A dureza desta situação em nada tem diminuído e deve continuar sendo o centro das atenções. Porém, sem que haja intenção de diminuir por um delta que seja a precedência desta importante questão, é preciso dizer também que estas relações centro/periferia dão lugar, legitimamente, à observação de outro aspecto desta problemática, como se verá adiante.

Entre as abordagens heterodoxas deste assunto das relações centro/periferia, a Teoria da Dependência (TD) é aquela mais amplamente aceita. Para apresentar uma de suas ideias, aquela relevante para este debate, poder-se-ia afirmar que ela se funda na opinião de que o “Desenvolvimento” é um processo bloqueado para os periféricos, que continuarão tendo sua dinâmica dependente, de alguma maneira, dos países centrais. Ressalte-se que, apesar de muito respeitável como construção de um argumento, como instrumento descritivo e mesmo como base de exercícios empíricos de estudos de casos, a TD baseia-se em uma conjectura. Pois, à parte o fato de que na opinião de alguns existem contraexemplos históricos, a partir dela não há como garantir que no futuro não ocorram exceções. Na verdade, autores têm afirmado que, embora a TD seja apropriada para análises e previsões referentes ao conjunto dos países periféricos, é necessário abrir espaço para discutir os poucos casos de países que eventualmente possam escapar desta condição⁽¹⁴⁾.

De toda forma, este segundo posicionamento também se baseia em uma conjectura. Então, se o mesmo for considerado como uma hipótese discutível, uma situação se constitui, na qual o tema encontra-se face ao confronto de duas conjecturas. E é um confronto muito importante, pois obviamente a posição que o analista adota em relação a esta questão terá decisivo peso na orientação de seu estudo e, principalmente, em suas perspectivas para o futuro. Se há compromisso, consciente ou não, com um pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo na periferia é um processo bloqueado, as previsões, as propostas e tudo que se segue estarão marcadas por esta limitação. Dessa maneira, essa discussão passa a ser de muito interesse, com desdobramentos diversos, particularmente em relação ao tema da Integração Regional.

Daí a decisão de, neste artigo, aprofundar um pouco os esclarecimentos sobre as posições deste confronto, o que se faz neste Item, e elaborar algumas observações iniciais de avaliação do posicionamento de países envolvidos neste tipo de problemática, a ser desenvolvido no Item V seguinte. Procura-se, assim, abrir um novo ângulo nas discussões sobre blocos regionais.

ASPECTOS RELEVANTES DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Para atingirmos o primeiro objetivo, vamos tomar partido do aporte de Katz (2008), onde o autor apresenta e discute as duas conjecturas, concluindo pela potencial viabi-

(14) Ver, por exemplo, Katz (1984), Fiori (2007) e Katz (2008).

lidade do rompimento da barreira do subdesenvolvimento. Primeiro, em relação à TD. Em sua opinião, esta teoria, como se apresenta hoje em suas versões mais sofisticadas, é uma sucessora aperfeiçoada de uma antiga linhagem de posições que, para não exemplificar fora das criações Latino-Americanas, inicia-se com o Subdesenvolvimento e passa pelo Estagnacionismo. Como, ao longo do tempo, a História surpreendeu e contrariou estas “Teorias” com contraexemplos, as mesmas tiveram de criar, periodicamente, novas versões que renovassem suas possibilidades de explicar e prever o que se passava na periferia. Um resultado positivo desse processo, e que se esperaria que acontecesse, é que as explicações evoluíram de observações do concreto, e de uma síntese dos concretos pensados, para abstrações mais abrangentes e pretensamente blindadas em relação ao inesperado. É necessário atestar então, que houve, sem dúvida, uma evolução no estado teórico e metodológico destas teorias até a TD. Suas versões mais recentes e sofisticadas situam sua existência em dois pilares, que seriam as **ancoras do bloqueio: o financeiro e o tecnológico** (KATZ, 2008, p. 18/9).

Katz (2008, p. 3/4) faz uma série de citações no sentido de explicitar a conjectura da TD sobre a dificuldade/impossibilidade de desenvolvimento de país periférico, e dos argumentos que a sustentariam. Ao invés de apresentar a marca da TD numa longa lista de trechos de trabalhos de diversos autores, incluindo artigos apresentados em eventos acadêmicos, para efeitos práticos e como o tema é bastante conhecido, opta por discutir apenas um exemplo, em virtude de ele ser verdadeiramente paradigmático. A escolha recai sobre o autor Francisco de Oliveira e seu livro “o Ornitorrinco” (2003). A opção por este autor, explica, deve-se à avaliação que faz do mesmo como um dos mais profundos analistas da Esquerda, sério, erudito, merecedor de todo respeito pessoal, intelectual e teórico, afastando, assim, qualquer suposição de que a escolha seja movida por motivações menores ou outras. A escolha do trabalho a focar deve-se à forte repercussão que o mesmo tem causado, praticamente transformando-se no eixo quase consensual das análises da Esquerda.

São então selecionadas algumas passagens bastante esclarecedoras do livro citado, que se reproduzem com os comentários de Katz. Inicialmente, sobre a atual visão de Oliveira acerca das origens, possibilidades e destino dos subdesenvolvidos.

“O subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, *tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia*, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, impediu-a precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização” (OLIVEIRA, 2003, p. 126) *aspas do autor e grifo nosso.*

Mais adiante afirma: “O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma de exceção *permanente* do sistema capitalista na sua periferia” (OLIVEIRA, 2003, p. 131) *grifo nosso.*

A posição oposta que o mesmo Francisco de Oliveira tinha defendido na “Crítica à Razão Dualista” é justificada agora, no “Ornitorrinco”, fazendo uma distinção entre a

Segunda Revolução Industrial, em relação à qual se teria conseguido incorporar completamente, e a Terceira que seria inacessível em forma plena à periferia (OLIVEIRA, 2003, p. 133). Daí ela estar presa numa dependência tecnológica e financeira da qual não pode escapar.

O compromisso com esta inevitabilidade é problemático. Em poucos anos, a História já colocou em xeque esta afirmação. Em certo momento, o autor caracteriza as sociedades e as economias heterogêneas da periferia como um ornitorrinco. Ele pergunta e responde: “Onde é que está falhando a ‘evolução’? Na circulação sanguínea: a alta proporção da dívida externa sobre o PIB demonstra que sem o dinheiro externo a economia não se move” (OLIVEIRA, 2003, p. 134) grifo do autor. E num rodapé, nesta mesma página, o autor adiciona: “A dependência financeira é dramática e praticamente *irreversível*, e de uma volatilidade espantosa” (OLIVEIRA, 2003, p. 134) grifo nosso.

Na realidade, *foi reversível*. Não se sabe se esta situação se manterá, ou não, nem por quanto tempo. Mas, por agora, livramo-nos de uma das amarras da dependência: a financeira. Então, o alegado “Bloqueio” neste período atual, em que o elemento que seria um dos “freios” da nossa economia, a dívida externa, está sob controle, é apenas o componente tecnológico? É então outro “tipo” de dependência? Ou o fetichismo da tecnologia?

“O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; *não há possibilidade de avançar*, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. ... O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão.” (OLIVEIRA, 2003, p. 150) grifo nosso.

Tendo esclarecido a perspectiva da TD para o futuro da periferia, convém encerrar este Item lembrando que já foi tema de discussões, mais de uma vez no passado, se a TD teria estatura de teoria, ou se deveria, mais apropriadamente, ser encarada como uma técnica para estudos de casos. Vale lembrar que um dos primeiros e mais conhecidos trabalhos que levantou este argumento foi o de Gabriel Palma, 1978, “Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?”. Assim, em relação à TD, Katz (2008) sente-se satisfeito em suas argumentações sobre a sua insuficiência. Pois por um lado, considera que como teoria os “pilares” que a deveriam sustentar foram severamente abalados. Por outro, porque contraexemplos já foram apresentados diversas vezes pela História.

A SEGUNDA CONJECTURA: A POTENCIAL SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

A conjectura apresentada por Katz não pretende ter o sentido de uma regra geral acerca da possibilidade do comportamento simultâneo dos países da periferia, nem mesmo para algum grupo dos mesmos. O que afirma é que existe a possibilidade de, ocasionalmente, algum país periférico, que disponha de condições especiais, se livrar da situação de subdesenvolvido (KATZ, 2008, p. 5).

Afirma que, em relação à sua proposta, é necessário atentar para alguns aspectos importantes. Primeiro, que a discussão da questão do Desenvolvimento do capitalismo na periferia inclui obrigatoriamente aspectos de natureza geral, que afetam a todos os países analisados. Entre estes, destaca-se pela sua importância para as análises prospectivas a existência de inúmeras desigualdades entre as condições dos países do centro e os da periferia, que gera uma situação geral de Dependência, manifestada com maior significação nos aspectos, muito difíceis de serem superados: os financeiros e os de domínio de tecnologias. Este é um fator que nunca pode deixar de ser considerado. Porém, distintamente da TD, a posição que defende não pretende ser uma regra geral (KATZ, 2008, p. 5).

Segundo Katz algumas categorias são utilizadas de uma forma que não coincide com o seu emprego usual atual. Emprega-se a categoria “Crescimento” para representar um movimento onde se apresentam variações simplesmente quantitativas de elementos como produto, emprego etc. Já “Desenvolvimento do Capitalismo” é concebido como um Crescimento que envolve mudanças qualitativas nessas categorias, como a elevação no nível das forças produtivas e no grau de socialização do trabalho. Não desconhece a distinção, já algumas vezes presentes em argumentações de fundo social democrata, entre Crescimento e Desenvolvimento, sendo que este último compreenderia melhorias sociais. Apesar do compromisso com o social, insiste na utilização de “Desenvolvimento do Capitalismo” no sentido apresentado antes. Ou seja, podendo ocorrer com maior, ou menor, distribuição dos resultados que cria. Isto porque não se devem alimentar ilusões acerca dos objetivos do Capitalismo que, de fato, não tem compromisso com a melhoria da situação da maioria da população. Não ter este ponto presente e, de um modo geral, confundir o Desenvolvimento do Capitalismo com a situação de determinados países, em determinados períodos de *Welfare Economics*, quando houve um relativo e amplo bem-estar, é falsear a História e a Teoria. Assim, a questão não é semântica, mas sim política e teórica, e a atitude progressista é a adjetivação com a qualificação “do Capitalismo” para a categoria “Desenvolvimento”, adotando uma utilização historicamente datada da mesma (KATZ, 2008, p. 5).

Terceiro, insiste em alertar para as peculiaridades da situação da periferia. É necessário ter presente que a ideia do Desenvolvimento do Capitalismo como um processo Desigual e Combinado, usualmente empregada no contexto da realidade interna de um país, naturalmente estende-se também ao panorama heterogêneo do conjunto de países periféricos. Este conjunto partilha tensões e contradições de mesmo tipo em relação ao centro, mas as formas e possibilidades de reagir, e os caminhos que serão trilhados, terão, em cada caso, sua particularidade. Em um dos extremos, por seu porte e nível geral de Desenvolvimento, encontra-se o Brasil (KATZ, 2008, p. 6).

Como sua conjectura é referente a casos excepcionais, a partir daí dirige o foco especificamente para o caso do Brasil. E explicita mais sua posição, dizendo que não afirma que o Brasil em breve se libertará da Dependência, mas sim que isto pode vir a acontecer. Esta possibilidade, como referido acima, decorre da particular situação do Brasil dentro do conjunto de países periféricos. Sabe-se que este conjunto é muito heterogêneo e se encontra em processo de diferenciação contínua. Como entende que é concebível e teoricamente possível que o Brasil avance, libertando-se de amarras de sua situação de

Dependência, como já o fizeram no passado uns poucos países, esta hipótese não pode deixar de estar presente nas considerações sobre o futuro. Portanto, é obrigação dos analistas brasileiros não deixar de discutir também esta possibilidade concreta (KATZ, 2008, p. 6).

Esta realidade coloca a discussão em posição delicada, onde os debates não são trivialmente administráveis. Em certos momentos, avançam-se discussões perfeitamente bem situadas no contexto teórico de generalização da problemática — centro versus periferia. Em outros momentos, é necessário se inclinar à obrigatoriedade de se reconhecer as especificidades do Brasil, dentre os países da periferia, o que lhe concede condições muito particulares, esboçando possibilidades de ser uma exceção. Portanto, em função das condições específicas do Brasil, foco obrigatório da presente observação, é indispensável, quando for o caso, indicar as possibilidades de bifurcações em relação à maioria. Esta é uma situação que deve progressivamente ficar mais premente e óbvia, e que terá de ser sabiamente abordada pelas lideranças brasileiras (KATZ, 2008, p. 6).

Ignorar esta possibilidade pode traduzir-se em graves riscos políticos. Primeiro, no que diz respeito às relações internacionais do Brasil, porque deixaria de preparar o país para entender as diferenças e procurar criar condições de convívio solidário, com nossos múltiplos parceiros regionais. Isto poderia prejudicar os relacionamentos e toda a estratégia do Brasil para o subcontinente. Mas é também um perigo político interno para as lideranças progressistas, porque, assim sendo, apenas continuará se apresentando ameaças em relação ao futuro do desenvolvimento brasileiro, com “bolhas” que nunca estouram, com voos de galinha que se mostram excessivamente longos, como tantas vezes nos últimos anos. Enquanto isto, outros grupos políticos de diferentes colorações ideológicas, que tiverem maior lucidez, poderão arrebatam os frutos destas mudanças e liderar em direções insatisfatórias. Cabe atenção especialmente aos pesquisadores de Esquerda, pois esta é uma posição praticamente ausente nas manifestações deste grupo sobre o Brasil⁽¹⁵⁾ (KATZ, 2008, p. 5-6).

Para encerrar este Item, não é demais insistir em que, sem dúvida, o Desenvolvimento do Capitalismo na periferia tem suas peculiaridades, entre outras aquela de ser, em geral, um processo extremamente perverso, cheio de dificuldades e barreiras. É óbvio que estes obstáculos não serão superados, mesmo em médio prazo, pelo conjunto dos países do Terceiro Mundo. Portanto, a intenção não é retirar nenhuma intensidade das denúncias da gravidade das misérias como já referido, inclusive já pondo em risco nosso convívio com a natureza. Nem diminuir a ênfase neste aspecto. No entanto, a História já apresentou casos isolados onde isto sucedeu, e não há razão para se aceitar que isto não possa acontecer novamente em relação a alguns países. Tampouco se trata de advogar a posição antiética e egoísta de propor saídas individuais para o Brasil, onde

(15) No final da década de 60, intoxicados pelas ondas de ideias Estagnacionistas e Subdesenvolvimentistas, impregnadas de TB, partidos e intelectuais de Esquerda não conseguiram perceber o vigoroso surto de desenvolvimento capitalista que atravessávamos. O mesmo era referido, entre outras, como se fosse um mito. Porém, a realidade se impôs. Estes partidos perderam sua relevância para outros que foram surgindo e muitos intelectuais e militantes em desalento, entendendo estarem em uma situação sem saída, radicalizaram suas posições, com os resultados que conhecemos. Não se pode permitir que algo semelhante ocorra de novo sem que alertas sejam apresentados.

a solidariedade continental seja esquecida. Entretanto, é também importante evitar que esta possibilidade seja obscurecida, ou não seja discutida, e assim abandoná-la para se tornar uma palavra de ordem exclusiva da Direita. Seria deixar que a Esquerda fosse, mais uma vez, surpreendida pela História, que é, afinal, a Ciência de base deste posicionamento. Vale igualmente indicar que a qualidade que tomará este caminho, se esta hipótese se verificar, dependerá de forças concretas da sociedade, mas também da posição ideológica dos analistas que participarem e influenciarem na elaboração das proposições. Nem é necessário dizer que se podem obter propostas e posturas bastante distintas.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL: FOCALIZANDO O BRASIL

Os argumentos expostos nos Itens II e III, que levaram à conclusão de que é conveniente para o Brasil manter-se no Mercosul, não são afetados pela hipótese levantada no Item anterior. Muito pelo contrário. Pois, numa rota de quebra da Dependência, seja através da âncora do fator financeiro e/ou do tecnológico, através de sua supressão, mais ou menos parcial, o Brasil precisará muitíssimo da existência de um conjunto de países aliados que ajudem a protegê-lo dos ataques que certamente ocorrerão no sentido de desviá-lo desta rota. Então, todos e cada um dos itens listados por Tames e Huerta (1999, p. 213-8), citado antes, como vantagens para a participação de um país em um bloco, passam a ser cruciais.

Com essa perspectiva, um tipo de posicionamento que esporadicamente veio à tona no passado, de que seria mais conveniente para o Brasil não se integrar em bloco regional, e sim buscar isoladamente seu Desenvolvimento, perde muito espaço. Principalmente se atentarmos para outra questão, a nova posição que seria desempenhada pelo Brasil na liderança do bloco, e as responsabilidades daí decorrentes. Uma melhor visão desta questão pode ser obtida a partir de outro tipo de abordagem introduzida a seguir.

BLOCO BIPOLAR E O PAPEL DO BRASIL

A formação de Blocos Econômicos foi adotada por diversos grupos de países nos últimos tempos, entendendo-se que pode vir a beneficiar os participantes de diversas maneiras. Em boa parte os ganhos estarão, naturalmente, ligados ao fato de que passarão a dispor de um mercado maior, onde vigorará certa proteção. O Mercado Comum do Cone Sul da América Latina — Mercosul, instituído formalmente pelo Tratado de Assunção, celebrado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 1991, constitui um bloco de Integração Econômica Regional.

Desde seus primórdios, o Mercosul caracteriza-se por ser uma estrutura em que dois países, Brasil e Argentina, em função de seus portes bem superiores aos dos outros dois participantes, polarizam as discussões, levando a crises constantes em sua estrutura. Analisando essas crises⁽¹⁶⁾, passadas e recentes, é possível constatar que, como cada um

(16) Uma análise detalhada dessas crises até 2005 pode ser encontrada em Sicsú, Katz e Paradizo (2005).

dos dois países maiores é indispensável para a constituição do bloco, os mesmos adquirem poder de veto que podem utilizar, mesmo que só como uma ameaça implícita, todas as vezes que o processo toma um rumo que os desagrade. Como analisado em Katz *et al.* (2008), utilizando ferramentas da Teoria dos Jogos, esta configuração da correlação de forças do bloco, por ser bipolar, certamente é uma das causas da dificuldade de sua consolidação⁽¹⁷⁾. Há duas outras importantes conclusões deste trabalho que são relevantes para esta discussão, e que são discutidas a seguir.

O Mercosul tem enfrentado crises constantes que levam muitos a desacreditá-lo como alternativa de arranjo institucional para a consolidação do DE nos países que o compõe. Como os autores deste texto têm posição divergente, já expressa no início do texto, acredita-se que medidas possam ser tomadas para consolidar o bloco, fundamentais para o desenvolvimento dos Estados Nações que o constituem. Nesta perspectiva, a sua superação ficará facilitada pela adoção de um caminho que leve a **um diferente arranjo para a Integração Regional**. Isto seria conseguido através da **ampliação do número de elementos no conjunto**, ou seja, no bloco. Dessa maneira, tratar-se-ia de tentar envolver, de imediato, mais países da América do Sul, todos se possível, nos entendimentos, em estrutura mais flexível, formando amplo bloco de cooperação econômica, o que daria maior escala às articulações, bem como permitiria minorar os conflitos. Esta é uma das conclusões referidas acima.

Mesmo assim, e da mesma forma que ocorre na UE, haveria países que seriam bem maiores que os outros, mas o resto do conjunto ainda seria suficiente para viabilizar a formação do bloco, mesmo que ocorresse a retirada de um destes maiores. Isto diminuiria o poder isolado do Brasil e da Argentina, o poder de veto, e poderia facilitar a superação dos impasses. Evidentemente que estes dois países continuariam tendo pesos econômicos expressivos; no entanto, seja do ponto de vista econômico ou político, as decisões poderiam ser mediadas por uma participação, e mesmo pressão, maior do conjunto dos países menores.

Obviamente, esta sugestão não está ignorando o fato de que a complexa operação de constituição de um bloco demanda tempo e esforço. Também, se aumentar o número de participantes do bloco, multiplica-se o número de interações e, conseqüentemente, de situações a serem mediadas. No entanto, em muitos casos a ampliação da dimensão quantitativa do problema o eleva a um patamar qualitativo onde soluções são mais viáveis. Parece ser este um caso, pois o avanço de um processo deste tipo conduziria a um novo contexto, onde haveria um número maior de países envolvidos. O importante é que, na medida em que o conjunto for crescendo, em termos quantitativos, estaria em progresso, também, uma mudança qualitativa e, a partir de certo número de adesões, o poder de veto individual começaria a ficar gradativamente minado.

No entanto, em face da possibilidade de adesão não ser unânime, e/ou inabalável, o processo de consolidação, e manutenção, do bloco pode, portanto, ser atacado, como

(17) Naturalmente, a possibilidade de o Brasil romper, eventualmente e em certo grau, amarras do seu subdesenvolvimento, não o coloca na posição de liderança unipolar como a desfrutada pelos EUA no NAFTA. Assim, pelo menos por certo tempo, deve-se continuar considerando os inconvenientes da estrutura bipolar como parte da realidade. E é nestes termos que se continua a análise.

de fato tem acontecido. A estabilidade e continuidade do bloco passam a ser ainda mais importantes para o Brasil, principalmente no caso de ele conseguir avançar adiante dos parceiros e passar a liderar de forma mais clara.

Prevalecendo um ambiente de livre-comércio dentro do bloco e considerada a heterogeneidade dos países que poderão se envolver, os ganhos resultantes da formação da “Coalizão” certamente não serão automaticamente distribuídos a todos de forma satisfatória. E sabemos que a estabilidade e a continuidade do bloco estarão mais garantidas na medida em que o arranjo se aproxime de um “Ótimo de Pareto”. Para tal, além da “Racionalidade de Grupo”, condição mediante a qual o conjunto de países atinge em grupo um somatório de produtos maior do que a simples adição do que conseguiriam isoladamente, é necessário também que haja a “Racionalidade Individual”, ou seja, que cada país individualmente situe-se, após a “Coalizão”, em posição, no mínimo, equivalente àquela que desfrutava anteriormente. Então, para a sustentabilidade do bloco será então absolutamente necessário o estabelecimento de um sistema de **Pagamentos, ou Compensações, Laterais**, que poderão assumir formas diversas. Torna-se, assim, de importância crucial conceber mecanismos que garantam alguma redistribuição dos frutos do processo de Integração Regional do Mercosul, aceitável pelas partes. Em relação a isto, viu-se que a experiência de espontaneidade, que prevalece até este momento, não tem sido positiva. Esta é a segunda das conclusões de Katz *et al.* (2008) referidas acima.

Agora, considerando a hipótese de o Brasil avançar mais no processo de fuga do Subdesenvolvimento, e como constituinte diferenciado de um bloco regional, não só o bloco, mas também o Brasil atrairão muito mais ataques competitivos. E, como isto é de interesse não só dos brasileiros, mas também dos povos da região, será necessário dispor-se a sacrifícios para ir adiante. Caso não se atentar para esta condição, fica muito fácil, para qualquer país interessado em perturbar o processo, fazer uma “Objeção” através da propositura de outra “Coalizão”, que poderia, até, ser com só um país de nosso grupo, através de um simples acordo bilateral, e desequilibrar o arranjo. Esta seria uma forma de desafiar a liderança do Brasil e ameaçar nosso avanço. Aliás, trata-se de iniciativas que já vem ocorrendo.

Se tudo isto, de saída, parece ser mais benéfico para o Brasil, cabe-lhe um papel de nação que deve colaborar mais com as ‘compensações’ para os outros. E muito se pode fazer a partir de nosso País, se existir a decisão de realmente apoiar o Desenvolvimento de nossos parceiros. A crise não serve como desculpa para a inércia nesta direção, até porque é empreendendo que se pode ajudar a sair da crise. Recursos financeiros e materiais, que estão à altura de resolver problemas cruciais em países da região, são recrutáveis no Brasil. Não se imagina que o Estado brasileiro tome para si todas as responsabilidades. Se o governo não tem recursos suficientes disponíveis, mas a sua ação, a sua participação, o seu interesse e o seu aval podem ser decisivos para mobilizar a iniciativa privada, brasileira e/ou regional, além de órgãos de financiamento supranacionais para, juntos, equacionar os meios para realizar importantes empreendimentos.

Por fim, não adianta tergiversar: o Brasil pode, e deve tomar, em conjunto com os que amadurecerem para tal, iniciativas para fazer avançar e se consolidar o processo referido. Nosso País deve entender que o tamanho de nosso esforço, e nosso tamanho mesmo, terminarão sendo proporcionais aos resultados que poderemos obter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BULMER-THOMAS, Victor. *The economic history of Latin America since independence*. Cambridge Univ. Press, 1994.
- FIORI, José Luis. Disponível em: <www.agenciartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=3635>.
- GOMORY, Ralph; BAUMOL, William. *Global trade and conflicting national interests*. Cambridge: The MIT Press, 2000.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). *Alca e Mercosul — riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília: IPRI, FUNAG, 1999.
- HORNBECK, J. F. *A Free trade area of the Americas: status of negotiations and major policy issues*. Washington: CRS Report for Congress, mar. 2002.
- JUNG, Andrés. Mercosur: evolución y desafíos. In: HEREDIA Y CERAIN, Javier Beltrán. *Una solución a la crisis latinoamericana actual: integración, educación y desarrollo*. Bilbao: Ed. Universidade de Deusto, 2000.
- KATZ, Frederico Jayme. *Clamando no deserto: a tese do bloqueio*. Anais do Colóquio Internacional da Sociedad LatinoAmericana de Economía Política e Pensamiento Crítico (SEPLA). Buenos Aires: 2008.
- _____. Elementos para uma proposta alternativa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. *Nova Série*, São Paulo, NAIPPE/USP. v. 1, 2006.
- _____. *The informal sector and debate on underdevelopment: the case of Brazil*. 1984. Tese (Doutorado) — Universidade de Londres.
- _____. *Um panorama do debate sobre a questão do desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Saindo das trevas. Anais da IV Jornada da Sociedade Brasileira de Economia Política. Salvador: 2001.
- _____; SICSÚ, Abraham Benzaquén; ROSENTHAL, David; SILVA, Keila Sonalle; PARADIZO, Romina. *Mercosul: mudanças necessárias*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches — FASA, 2008.
- KRUGMAN, Paul. *Pop internationalism*. Cambridge: The MIT Press, 1997.
- LIMA, João Policarpo Rodrigues; KATZ, Frederico Jayme. *Comércio externo e estratégias de crescimento: uma visão a partir do nordeste*. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia. Recife: 1997.
- OLIVA, Carlos; AYERBE, Luis. (Orgs.). *Los Estados Unidos, América Latina y el Caribe: los otros senderos del ALCA*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. *O ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PALMA, Gabriel. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, Oxford, Pergamon Press, v. 6, n. 7/8, 1978.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, volume 3, 1949.
- SICSÚ, Abraham Benzaquén; KATZ, Frederico Jayme; PARADIZO, Romina. *Mercosul: sua evolução, crises e propostas*. Buenos Aires: Associação Civil, 2005.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1997.
- STIGLITZ, Joseph. 'Foreword' about the great transformation. De Karl Polanyi. Boston: Beacon Press, 2001.

TAMANES, Ramón; HUERTA, Begoña. *Estructura económica internacional*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.